

PSICOLOGIA ESCOLAR: desvendando

*Ayla Campos Pereira*¹

*Fabiana Alves de Jesus*²

*Cássia Gonçalves de Sousa*³

*Tainá Dal Bosco Silva*⁴

RESUMO: O presente artigo, por meio de revisão bibliográfica, discute o surgimento da Psicologia Escolar como área de conhecimento e atuação profissional na Psicologia, levando em consideração o surgimento e história da psicologia e sua constituição no cenário brasileiro em que está inserida, ainda apontando problemáticas como a formação do psicólogo escolar, o fracasso escolar e a medicalização escolar como desafios da profissão e discussão sobre inclusão escolar. Nesta perspectiva foi preciso compreender os processos e as problemáticas a fim de propor um novo pensamento acerca da Psicologia Escolar e da sua necessidade frente às diversas questões que cercam o processo formativo do psicólogo.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia. Inclusão. Formação. Psicólogo Escolar.

1 INTRODUÇÃO

Antes de se pensar em conceitos que definem a Psicologia Escolar é necessário primeiro compreender o caminho que a Psicologia percorreu para chegar às escolas. A psicologia surge quanto ciência em 1875 com a fundação do primeiro laboratório de psicologia experimental por Wilhelm Wundt, na Universidade de Leipzig, Alemanha. A partir dos estudos feitos por Wundt surge um interesse pela área de estudos relacionados à investigação do que constitui o ser humano para além dos aspectos biológicos até então conhecidos na época, escolas de pensamento então sucedem promovendo novos métodos de estudo e elaborando teorias que justifiquem o comportamento humano.

Já no Brasil os primeiros desdobramentos teóricos surgem por médicos que questionavam assuntos tocantes ao pensamento, comportamento e mente, os cursos de

¹ Acadêmica do curso de Bacharelado em Psicologia – UNIFAN. Acadêmica do curso de Licenciatura em Educação Física - FEFD/UFG. E-mail: aylacpereira@gmail.com.

² Acadêmica do curso de Bacharelado em Psicologia – UNIFAN. Licenciada em Ciências Biológicas. Tecnóloga em Saneamento Ambiental – IFG. E-mail: fabiana.alvesj@yahoo.com.br.

³ Acadêmica do curso de Bacharelado em Psicologia – UNIFAN. E-mail: cassya4@hotmail.com;

⁴ Doutoranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - USP. Mestra em Psicologia – UFG. Graduação e Licenciatura em Psicologia - UFG. E-mail: tainadalbosco@gmail.com.

medicina (cursos esses pioneiros no Brasil) traziam como matéria estudos de investigação neurológica e psiquiátrica em busca de compreender as diferentes faces do que constitui o ser humano em sua totalidade. Não apenas os estudos acerca do ser humano surgem, mas também os hospícios que procuravam oferecer “tratamento” às pessoas consideradas “loucas” e incapazes de conviver em sociedade. Tanto o surgimento quanto a manutenção dos hospícios estão intimamente relacionados a política higienista que vigorou por muito tempo no país.

Apesar de emergir em um contexto educacional dentro da medicina, foi na educação dentro dos cursos de magistério onde buscava conceber a formação de um professor capaz de lidar com as diferentes dificuldades que podem aparecer em sala de aula como em alunos com dificuldade de aprendizagem, mais tarde em 1920 surge a Escola Nova onde a psicologia encontrou solo fértil para crescer. Estudos realizados pela educação na busca de compreender eventos como inteligência, métodos de aprendizagem, dificuldade de aprendizagem entre outras questões levaram a investigação científica aos fenômenos psicológicos. A partir dos estudos e investigações funda-se os primeiros laboratórios de psicologia que se constituem enquanto base para a emancipação do profissional psicólogo tornando essa investigação psicológica um estudo específico e assim psicologia e pedagogia se separa (ANTUNES, 2008).

Apesar da separação entre as temáticas: educação, pedagogia e psicologia, estas permanecem se entrelaçando ao longo da formação superior e nas produções teóricas. Com a regulamentação da profissão de psicólogo em 1962 mais espaços de especificidade da psicologia são delimitados, como grande expansão da área clínica e do trabalho e educação deixa de ser espaço majoritário de produção de conhecimento psicológico.

Houve, no entanto, aqueles profissionais que permaneceram nos estudos psicológicos relacionados à educação e a partir desta conjuntura surge a Psicologia da Educação conceituada por Prado (2015, p. 20) como:

[...] o ramo da psicologia que atua no sentido de subsidiar a prática educacional em todos os contextos nos quais o homem torna-se humano, é o ramo da psicologia que se propõe a estudar o processo de ensino e aprendizagem em suas diversas vertentes: os mecanismos de aprendizagem nas crianças e nos adultos; a eficiência e eficácia das estratégias educacionais; bem como o estudo do funcionamento da própria instituição educacional enquanto organização buscando compreender os processos de desenvolvimento e aprendizagem humana, bem como compreender e explicar os fenômenos de ordem psicológica que ocorrem em contextos de educação formal e não formal.

A partir da profunda investigação psicológica no tocante a educação o profissional passou a estar cada vez mais imerso nos processos educacionais na à procura de propor e

compreender maneiras que buscassem ampliar as capacidades de aprendizagem principalmente voltada para aqueles que possuíam dificuldades em aprender, sendo assim cada vez mais o psicólogo sendo inserido no espaço escolar surge a partir da necessidade principal de compreender os aspectos psico-educacionais que circundam o indivíduo, e passa então a ser métodos que são capazes de “diagnosticar” aquele aluno que era considerado “mentalmente incapaz”, esse fenômeno passou a ser criticado e reconhecido como a “psicologização” da relação de aprendizagem do indivíduo em que era considerado único responsável por seu fracasso escolar e a justificativa para tal acontecimento era determinada como desajustes mentais e/ou transtornos emocionais, nasce em entremeio a esse estudo dos processos e o delineamento do papel do psicólogo dentro da escola o que mais tarde viria a ser chamada de: Psicologia Escolar.

Compreendendo a necessidade de clarificar a formação e profissão da Psicologia Escolar o presente estudo objetivou através da revisão bibliográfica expor o processo formativo e seus percalços em alcançar a formação profissional, e a partir da compreensão da formação pensar as dificuldades que este encontra em sua atuação.

2 METODOLOGIA

Para apreender todo conhecimento teórico presente neste artigo foi necessário reunir aporte teórico construindo assim uma revisão bibliográfica para estudo e produção do mesmo. Para reunir as obras literárias foi feita por meio de uma pesquisa no banco de dados Google Acadêmico onde por meio da leitura dos resumos dos artigos e exclusão daqueles que não possuíam conteúdos condscendentes ao tema.

Nos resumos buscou-se identificar: a história da psicologia, a história da psicologia da educação e escolar, dificuldades da psicologia escolar, definições da psicologia escolar, a profissão psicologia escolar e as dificuldades da área. Ao identificar as temáticas que melhor colaboraram para a construção do presente trabalho foi realizado um estudo do material obtendo referencial teórico e conhecimento para a elaboração do presente artigo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo definido pela Comissão Especial de Psicologia Escolar e Educacional (2018), a Psicologia Escolar é uma área de especialização da Psicologia direcionada para os contextos educacionais, ou seja, não apenas ambiente escolares que estamos familiarizados a pensar como entidades instituição-escola de ensino básico, fundamental e médio, mas também pode ser encontrada em preparatório para concursos e vestibulares, em contextos clínicos como psicólogos escolares clínicos e universidades. Ainda definido pela Comissão, o objetivo dessa área é contribuir para o processo de ensino-aprendizagem e trabalhar com questões que favoreçam o desenvolvimento humano no espaço educativo.

Em contrapartida a definição muito bem delimitada pelo Conselho de Psicologia o papel do psicólogo e seu significado por muito tempo foi encoberto por névoas de dúvida, em meados da década de 70, pouco se conhecia das práticas psicológicas para além dos testes psicométricos e resoluções para o considerado “aluno-problema”, não apenas a prática de medicalização era um problema mas a também chamada “psicologização” ou, discurso psicologizante que trazia como justificativa dos problemas educacionais problemas psíquicos e tratava-os de forma adaptativa e remediativa, com ênfase no ajustamento (MARINHO-ARAÚJO e ALMEIDA, p. 63, 2014).

À medida que a psicologia dentro do espaço educacional vai ganhando notoriedade novas pesquisas e estudos começam surgir no que tange essa relação e o papel do psicólogo concomitantemente vai se moldando e se subdividindo em áreas e definições. A atuação do psicólogo em relação às questões educacionais e escolares se subdivide em duas áreas, uma voltada para a produção de conhecimento e a outra voltada para a atuação: Psicologia Educacional e Psicologia Escolar. Apesar de serem duas áreas, sua distinção está na produção teórica dos saberes, dentro da atuação no ambiente escolar as duas áreas se fundem para construir uma boa atuação.

A Psicologia da Educação é considerada subárea da psicologia no que tange ao conhecimento da produção de saberes, ou seja, cabe ao psicólogo escolar a produção de saberes relativos ao fenômeno psicológico constituinte do processo educativo. Já a Psicologia Escolar/Educacional define-se pelo âmbito profissional e refere-se a um campo de ação determinado, isto é, o processo de escolarização, tendo por objeto a escola e as relações que aí se estabelecem (ANTUNES, 2008).

Apesar de possuir a definição de psicólogo escolar, este profissional não atua apenas na escola pois sua atuação não depende de um ambiente físico escolar, o mesmo é capacitado

para atuar em diferentes contextos no que se refere a educação (TANAMACHI; 2000 *apud* MARINHO-ARAÚJO; OLIVEIRA, 2009).

A presença de um profissional de psicologia no contexto educacional é de suma importância não apenas para lidar com o “aluno-difícil” mas compreender e fazer ser compreendido tudo que o aluno está inserido para além dos muros de uma escola como questões sociais, culturais e a consideração pelas relações que este aluno estabelece e de que forma afeta o processo formativo e compreender quais outros processos compõem esta formação. Partindo dessas observações e desta nova forma de conhecer a educação e seus processos assuntos como fracasso escolar, educação inclusiva, preconceito e outros, apresentam-se como temáticas de grande importância para se inserir no campo educacional.

Para além do auxílio nas questões relacionadas ao ensino e a aprendizagem cabe também ao psicólogo escolar colaborar na construção do projeto pedagógico, busca inserir a temática inclusão na construção de um espaço escolar inclusivo, pode trabalhar questões de orientação profissional, preconceito e relações humanas e muito mais temas e demandas que ocorrerem no espaço escolar.

3.1 Formando-se psicólogo escolar

Durante a formação em psicologia é apresentado ao aluno diversas possibilidades que a Psicologia permite tanto para atuação quanto para estudo e dentre estas encontra-se a área de atuação escolar. Nos mais diferentes veículos de comunicação a Psicologia apresentada ao público em sua maioria exibe diferente da variedade de áreas apenas uma, a psicologia clínica. Esse fator é de suma importância para a formação do imaginário popular do que vem a ser psicólogo e tão logo o profissional comumente passa a ser visto como aquele de atuação exclusivamente clínica. Um dos reflexos dessa perspectiva sobre os cursos de graduação em psicologia é a enorme quantidade de alunos que buscam o curso em função de se tornarem psicólogos clínicos e com noção mínima ou nula de outros campos de atuação da psicologia. A maioria dos cursos de graduação em Psicologia tem uma estrutura formativa voltada para a clínica, o que proporciona um reforço nesta perspectiva clínica da Psicologia corroborando para que os estereótipos se mantenham. Perante isso está a Psicologia Escolar que também é compreendida erroneamente como a prática de uma Psicologia Clínica e diagnóstica dentro de uma escola. Apesar de possuir um papel muito bem delimitado teoricamente, na prática o Psicólogo Escolar e sua atuação é alvo de uma série de equívoco.

Para além da confusão de papéis da atuação desse profissional a isenção do psicólogo dos processos formativos deixando apenas a carga da pedagogia contribui para que esta área seja motivo de menor interesse para os alunos de psicologia que não se sentem contemplados com a atuação dentro de escolas. Ainda como dificuldade da formação do psicólogo escolar se encontra os conteúdos curriculares que não são padronizados em prol de uma boa formação que permita ao psicólogo se sentir capaz de se inserir no meio escolar, em decorrência de uma formação precária muitos profissionais se veem impossibilitados de atuarem em campos que necessitam de amplo conhecimento como é o caso da Psicologia Escolar o que permite que outras áreas como a Psicopedagogia ganhe cada vez mais espaço para atuarem nesses espaços.

É possível compreender pouca oportunidade para a atuação haja visto que o profissional de psicologia no Brasil não é uma obrigatoriedade dentro das escolas e o pensamento conservador de que a psicologia é uma área dispensável por tratar-se de um estudo da “loucura” o psicólogo é visto como um “gasto” dispensável na maioria das escolas.

Atrelada a visão distorcida ou pouco conhecida da Psicologia Escolar, cursos de graduação pouco interessados na formação deste profissional, construção de uma má formação por parte do próprio aluno e a ausência de mercado de trabalho são justificativas possíveis para a área ser tão pouco atrativa a maioria dos estudantes. Geralmente os cursos de psicologia acabam dando ênfase a uma formação voltada para aspectos de psicologia clínica e organizacional.

Em contrapartida ao que já se tem, resta ao novos formandos de psicologia combater e contribuir para a desmistificação da área corroborando e lutando para uma melhor formação dentro dos cursos de psicologia em prol de formar um profissional capacitado para as mais diversas áreas que a psicologia pode abranger e em seu meio social na promoção de informação de quem é este profissional e qual sua função buscando fazer com que seu papel seja compreendido.

3.2 O fracasso escolar e a medicalização da aprendizagem: onde entra o psicólogo?

A educação vem cada vez mais ampliando e adequando seus métodos de ensino às diversas peculiaridades dos alunos. Porém, quando se trata de resultados, os alunos que não alcançam o objetivo previsto são vistos como “alunos problemas”. A escola diante disso tende a buscar explicações e justificativas para o suposto fracasso junto aos alunos e professores, o que por vezes, é negligenciado pela escola.

Patto (1999), considera as teorias do fracasso escolar estereotipadas e preconceituosas, pois segundo ela, o baixo rendimento nas escolas estava diretamente relacionado à população de baixa renda e negros. Por certo, não deve desconsiderar totalmente as condições de vida do aluno, mas não é o único motivo. Para a autora, além das condições de vida da criança, também deve se considerar a falta de adequação da escola para trabalhar com esses alunos e ainda, a relação professor-aluno.

Com o passar dos anos o olhar sobre o fracasso escolar vai ganhando um novo aliado, os laudos neuropsicológicos. Principalmente nas escolas de anos iniciais a preocupação com a “doença” do aluno, muitas vezes, é mais importante que a técnica do professor em sala de aula. O aluno não se resume apenas à laudos. Com os laudos vêm o tratamento e com o tratamento os psicofármacos. Isso é medicalizar o ensino, ou seja, é dar à medicina uma responsabilidade que não é médica, mas única e exclusivamente do processo de ensino-aprendizagem.

Para Moyses e Collares (1992) a esse processo de transformar questões sociais em biológicas, denomina-se biologização da vida. Para as autoras ao biologizar as questões sociais, isenta-se de responsabilidades todo o sistema social e culpa a vítima. Sendo assim, como um problema biológico as questões de ensino-aprendizagem são resolvidas e tratadas pela medicina, medicalizando o ensino. A medicalização individualiza o problema, responsabilizando apenas o aluno (COLLARES & MOYSES, 2015).

É preciso um olhar atento para essa questão, pensar nas consequências de patologizar o que não é doença. Atualmente, o uso excessivo de medicamentos, em especial a Ritalina, utilizado para o tratamento de TDAH (transtorno do déficit de atenção e hiperatividade), tem sido motivo de preocupação. Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o uso desses medicamentos pode trazer, dentre outros efeitos, cefaleia, insônia, taquicardia e, podendo ainda, desenvolver distúrbios como crises de ansiedade e pânico.

Sobre esse aspecto, Ortega (2010, p. 500) relata:

Nos anos 1950, a ritalina era um medicamento que não tinha um diagnóstico como destinação certa, hoje, o valor do uso terapêutico da droga está fundamentado no diagnóstico de TDAH. A ampliação do uso do medicamento e sua confiabilidade passaram a servir como referência para legitimar o diagnóstico. A ritalina tem sido a primeira opção no tratamento do TDAH, não somente em crianças.

Tendo em vista que cada vez mais cedo, as crianças estão sendo diagnosticadas e levadas ao consumo de medicamentos que tratam dos sintomas e não das causas. Conhecer as causas poderia auxiliar na forma como se lida com os alunos dentro do ambiente escolar, cabe

ao psicólogo escolar trabalhar em todo o processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração todo o contexto escolar, social e familiar da criança antes de individualizar os problemas.

3.3 Inclusão e psicologia escolar

Com o processo de inclusão escolar, é papel da escola busca atender todos os alunos no sistema de ensino, independentemente de condições físicas e psicológicas que a condicionam necessidades específicas ou deficiências. No entanto, fazem-se necessárias uma série de condições para as quais esses atendimentos aconteçam com qualidade dentre eles o uso de diferentes ferramentas que qualifiquem o processo ensino aprendizagem, e é preciso saber se as políticas educacionais de inclusão contemplam e dão condições para a realização deste trabalho.

Tendo em vista que a infância é considerada um grupo social, a escola é o principal ambiente de socialização dessas crianças. Apesar de já estarem reduzindo, algumas situações continuam ocorrendo, mesmo que em menor escala, como por exemplo a discriminação e o preconceito com crianças com algum tipo de necessidade especial (SCHEWINSKY, 2004). Nesse caso, na infância, houve uma maior acentuação quando a ida para a escola se tornou mais acessível, tornando, assim, mais evidente a diferenciação no desenvolvimento dos alunos que apresentavam algum tipo de deficiência com as demais. A diferença não abriu, num primeiro momento, brechas para se pensar em uma escola inclusiva, muito pelo contrário, o que ocorreu foi a segregação, enraizada por meio da proibição de frequentar a escola normal ou de serem obrigados a frequentar as escolas especiais (PEREIRA, 2012).

Além dessa exclusão social vivida por pessoas com necessidades específicas, é comum que elas sejam excluídas até mesmo dentro das próprias casas. Com o passar do tempo essa percepção foi mudando até chegar na vigente atualmente, que encara o “especial” como um cidadão que, assim como qualquer outro, apresenta suas particularidades e que isso nada mais é que a constatação da diversidade social.

A educação atualmente é o maior meio de transformação da realidade brasileira visando uma diminuição da desigualdade social. Os trabalhos que se relacionam com a área da educação, em especial nos sistemas de educação inclusiva, devem ter a preocupação com todo o processo educativo ao qual o aluno está inserido.

Para Antunes (2008) o psicólogo precisa trabalhar mais com os processos pedagógicos que envolvem o aluno sem preconceito estereotipados com a pedagogia. Para ela, o psicólogo

não precisa se tornar um pedagogo, mas para trabalhar na área da educação é necessária uma visão ampla sobre o que ocorre dentro da escola, trabalhando em conjunto com os professores e entendendo os processos sociais e institucionais da escola.

Diante disso, Fleith (2011) considera que o psicólogo escolar deve desempenhar um papel importante frente ao processo de inclusão, não se alienando, mas assumindo o compromisso de refletir e discutir as políticas de inclusão, contribuindo de maneira criativa, trocando experiências e acolhendo as críticas dos demais envolvidos nesse processo. Bem como, trabalhar para reorganizar e estruturar o espaço escolar articulando a prática com a teoria de forma com que todos se sintam incluídos na escola.

4 CONCLUSÕES

Ter um profissional de psicologia dentro do contexto escolar é importante para todo o processo de ensino aprendizagem, processo esse que envolve desde o aluno e a família, até professores, coordenadores e diretores. O psicólogo escolar, apesar de recente, vem cada vez mais buscando ter espaço e voz dentro do espaço educacional e escolar onde busca junto ao professor proporcionar uma melhor experiência formativa aos alunos.

Por muito tempo, o psicólogo era visto pelos professores como um profissional que não entende de escola, não conhece uma sala de aula e por isso não podia opinar. Aos poucos, essa opinião foi se modificando e hoje é possível entender o papel do psicólogo escolar que não procura tirar a autoridade e importância do professor, mas propor um trabalho em conjunto com os professores auxiliando na formação dos alunos. É fundamental que o psicólogo também saiba delimitar seus espaços e apresente conhecimentos das questões educacionais para que seu trabalho não acabe em atuação clínica.

O psicólogo escolar precisa assim assumir seu papel, auxiliar na elaboração de projetos que visam melhorias e o bem estar de todos, trabalhar juntamente com o corpo gestor na elaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico), trabalhar juntamente com os professores com os alunos que apresentam dificuldade de ensino aprendizagem, desmistificando a ideia de que o aluno é o culpado, buscando reduzir o processo de medicalização escolar.

Por fim, cabe ao psicólogo auxiliar construir juntamente com a escola os processos de inclusão. Seja com projetos de modificação da estrutura ou com projetos de ação coletiva e individual para trabalhar a temática junto aos alunos, coordenação e demais servidores do espaço escolar.

Destacando algumas das atividades do psicólogo escolar e constatada sua contribuição para o processo formativo do indivíduo cabe às instituições de ensino da graduação em psicologia aplicar disciplinas que corroborem para que o profissional sinta-se apto para atuar na área escolar conhecendo suas funções e sabendo lidar com as demandas em multidisciplinaridade de modo efetivo e consiga atender a diversas demandas que ocorrerem.

Para não apenas o crescimento quantitativo da área como também um crescimento qualitativo é necessário que os profissionais que estão em processo formativo e que reconhece os percalços atuais da área escolar de atuação se sintam na responsabilidade e no dever de mudar o cenário formando e informando sobre a área desmistificando tudo que cerca a atuação do psicólogo escolar constituindo nas próximas gerações uma nova perspectiva do campo de atuação no todo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicol Esc. Educ.** (Impr.), Campinas, v. 12, n. 2, p. 469-75, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000200020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 jun. 2019.

FLEITH, D. S. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: desafios para o psicólogo escolar. In: GUZZO, Raquel Souza Lobo; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria (Orgs.). **Psicologia Escolar: identificando e superando barreiras**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

MARINHO-ARAÚJO, C. M.; ALMEIDA, S. F. C. de. **Psicologia escolar: Construção e consolidação da identidade profissional**. Campinas, SP: Alínea, 2005.

MARINHO-ARAÚJO, C. M.; OLIVEIRA, C. B. E. **Psicologia escolar: cenários atuais**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 9, n. 3, p. 648-63. 2009.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (Org.). **Grupo Interinstitucional Queixa Escolar**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015. P. 344.

_____. A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. **Cadernos CEDES**, n. 28, 1992.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PEREIRA, J. E. **A infância e a deficiência intelectual**: algumas reflexões. Caxias do Sul, 2012.

PRADO, M. S. M. **Psicologia da educação**. Cruz das Almas, BA: SEAD-UFRB, 2017. cap. 2, p. 20-1.

SCHEWINSKY, S. R. A barbárie do preconceito contra o deficiente - todos somos vítimas. **Acta Fisiátr.**, v. 11, n. 1, p. 7-11, 2004.